

A cobertura jornalística das operações da Polícia Federal: um olhar sobre a história do jornalismo e a notícia como construção social

Autor: VEIGA, Isabela R.

Jornalista, advogada e mestranda em Comunicação e Sociedade, pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo:

O trabalho pretende analisar o contexto jornalístico em que, hoje, a Polícia Federal é representada enquanto um importante ator social. Para isso, torna-se imprescindível uma abordagem histórica, que busca nos primórdios do jornalismo, há 200 anos, o valor-notícia do crime, escândalo e violência. O artigo, portanto, faz referência às características da produção jornalística dos séculos XIX e XX e, ainda, remete-se à forma pré-moderna de jornal – as folhas volantes – que, em 1616, já mostravam o desvio da norma como uma das temáticas centrais, de interesse social.

Além disso, a pesquisa também considera essencial, para a discussão proposta, um enfoque sobre a cultura jornalística, ou seja, a rede de signos e mitos que envolve a profissão repórter. Nesse sentido, é possível notar, ao longo da história do jornalismo, o “repórter policial como investigador de polícia”, como aponta Marialva Barbosa.

Assim, é a partir do viés histórico e cultural que este artigo interpreta o que cotidianamente acompanhamos nos jornais, especialmente, no que diz respeito às representações e enfoques das Operações da Polícia Federal.

Palavras-chave: “História do jornalismo”, “crime”, “Polícia Federal”.

Introdução

No ano de 2007 a mídia, seja televisiva ou impressa, deu bastante destaque a um ator social que, cada vez mais, ganha notoriedade nos grandes jornais: a Polícia Federal (PF). Já estamos acostumados a assistir prisões, apreensões de dinheiro e drogas, armas em punho, enfim, cenas típicas das mais diversas operações desta entidade.

Interessante observar que grande parte dessa atuação da Polícia Federal ocorre bem em frente aos nossos olhos, como se fôssemos testemunhas oculares de toda mobilização da instituição frente aos crimes organizados. Afinal, é comum “presenciarmos” via televisão, o repórter que avança junto com os policiais federais para a deflagração de mais um esquema de corrupção, tráfico de drogas, crime ambiental, entre outros. Geralmente, acompanhamos todo o processo, desde o arrombamento do local suspeito, até as efetuações das prisões (homens algemados ilustram imagens de TV e capas de jornais).

Neste contexto, percebemos a presença de um jornalismo que, após séculos, ainda se pauta por um mesmo critério de noticiabilidade, acentuando o caráter repressivo da polícia e dando destaque para os escândalos e os desvios da norma. É nesse ambiente que a PF fortalece sua identidade enquanto instituição justiceira.

Assim, este artigo pretende, através de uma análise histórica-social, demonstrar como o jornalismo se faz de algumas diretrizes que perpetuam ao longo dos tempos e, ainda, como os profissionais da área se relacionam com a temática. Afinal, o jornalista, muitas vezes, entende-se como desvelador da verdade, em busca do interesse coletivo, enfim, se vê investigador e policial.

Além disso, outro fator que aqui será abordado é a consequência desse peculiar fazer jornalístico: o excesso do oficialismo, ou seja, a imprensa noticia como verdades absolutas as versões dadas pela Polícia Federal. Com isso, temos acesso apenas a uma versão dos fatos, ignorando, portanto, o direito constitucional do acusado de exercer o contraditório (tentar provar a sua inocência) e ser considerado inocente até que seja prolatada a sentença penal condenatória. Muitas vezes, junto com o jornal, pré-condenamos aquele que, até o momento, só teve sua prisão preventiva (ou temporária) decretada.

Em última instância, o objetivo deste artigo é analisar a abordagem jornalística das operações da Polícia Federal e, dessa forma, tentar buscar na história, nos critérios de noticiabilidade e nos estudos de *newsmaking* características da atividade jornalística que estão presentes nesta abordagem. Afinal, perceber a crescente credibilidade da PF e sua consagração como instituição justiceira, é perceber a atuação de outro campo profissional, qual seja, o jornalístico.

O crime como valor notícia ao longo da história

Na atualidade é quase impossível assistir a um telejornal ou ler algum veículo jornalístico impresso em que não haja notícias sobre crimes ou transgressões da norma. Assim, é comum tomarmos ciência das diversas infrações, prisões, assaltos e assassinatos que acontecem a cada dia. Contudo, é preciso esclarecer que o crime, enquanto notícia, sempre esteve presente nos meios de comunicação.

Podemos apontar o ano de 1616 como marco temporal em que surge uma forma pré-moderna do jornal – as chamadas “folhas volantes”, onde o crime representava uma

das temáticas mais abordadas. As “folhas volantes” não eram publicações regulares e dedicavam-se a apenas um único tema. Além disso, não havia simples informação, já que as notícias eram, sobretudo, avisos moralistas ou interpretações religiosas. Em geral, este espécie de informativo aparece como instrumento para satisfazer a curiosidade das pessoas sobre os acontecimentos. Mas o que era notícia nas “folhas volantes”? Quais acontecimentos ganhavam destaque?

Foi publicado um total de 25 “folhas volantes” em 1616. Um terço delas foi dedicado a um tipo de acontecimento: assassinatos. Um outro terço era dedicado às notícias sobre celebridades, incluindo uma sobre um discurso do Rei. (...) Na era das “folhas volantes”, milagres, abominações, catástrofes, acontecimentos bizarros foram as primeiras ocorrências tratadas nos dias que antecedem os jornais. (TRAQUINA, 2005, p.64).

Conforme se observa, a transgressão da norma já estava presente como valor notícia¹ antes mesmo do surgimento do jornal (tal qual conhecemos hoje). Naquela época, havia um fascínio com os homicídios, que eram abordados nas “folhas volantes” através de relatos, escritos na primeira pessoa, de arrependimento dos assassinos esperando a morte.

Ao longo do século XVIII, as publicações periódicas eram dominadas pelo pólo político e os meios de comunicação funcionavam como ferramenta para propaganda política. Contudo, foi no século XIX que o jornalismo consolidou-se enquanto instituição social. Afinal, ocorreram mudanças fundamentais na história do jornalismo: a industrialização e expansão da imprensa; a concepção de que a notícia deve tratar dos fatos e não das opiniões (informação e não propaganda); o desenvolvimento de técnicas específicas e saber especializado (o que revela uma autonomia relativa e a configuração de uma identidade profissional) e, por fim, a definição de dois pólos do campo jornalístico moderno: o pólo econômico ou comercial (notícias como mercadoria) e o pólo ideológico (jornalismo é visto como um serviço público, a informação é um direito do cidadão).

Progressivamente, o discurso jornalístico tornou-se uma distintiva classe de textos: agentes no campo jornalístico desenvolveram seus próprios valores e normas discursivas, tais como objetividade e neutralidade. O modo jornalístico de escrever se caracterizou por práticas e estratégias discursivas particulares, nem literárias, nem políticas. (CHALABY *apud* FRANCISCATO, 2005, p.34)

¹ Valor-notícia, segundo Nelson Traquina, se configura quando “um acontecimento ou assunto é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’” (TRAQUINA, 2005, p.63).

No contexto jornalístico do século XIX, o crime também representa um dos temas mais destacados. A população e os leitores se mostravam ávidos por esse tipo de conteúdo. Em Paris, por exemplo, quando era publicada uma notícia sobre assassinato, milhares de pessoas visitavam o necrotério a pretexto de querer reconhecer a vítima. Havia uma sala de exposição, onde duas filas de cadáveres eram exibidas. Guillot (apud CHARNEY; SCHWARTZ, 2001, p.416) acreditava que as reportagens transformavam o necrotério em uma “casa de vidro” e que se o necrotério podia ser considerado um teatro do crime, então o jornal era seu programa.

O necrotério serviu como um auxiliar visual do jornal, colocando no palco os mortos que haviam sido descritos em detalhe, com sensacionalismo, pela palavra impressa. O fim do século XIX na França foi chamado de “era dourada da imprensa”, e é fundamental para entender o papel central que ela desempenhou no desenvolvimento do espetáculo parisiense. Eventos correntes tornaram-se o alimento diário dos jornais populares de Paris, cuja circulação total aumentou 250% entre 1880 e 1914. Os jornais substituíram a opinião pela assim chamada verdade quando o mundo “entrou na era da informação”. (CHARNEY; SCHWARTZ, 2001, p.415)

Nelson Traquina (2005) também aborda a presença do crime e dos escândalos na imprensa da década de 30 do século XIX – na chamada “*penny press*”. Surgia a definição do que é notícia, com ênfase às notícias locais, às histórias de interesse humano e reportagens sensacionalistas de fatos surpreendentes. O autor cita o jornal americano *New York Sun* como um exemplo dessa nova imprensa, cujas notícias tratavam do discurso parlamentar, as cotações da Bolsa, o câmbio, os conflitos militares, entre outras: “O *New York Sun* não só dava essas informações de forma acessível, como enchia suas páginas com outros assuntos: histórias de crimes, escândalos, tragédias, notícias que o homem comum achava interessantes ou divertidas.” (TRAQUINA, 2005, p.67)

No século XX, os crimes, escândalos e investigações também são consolidados como valores notícias. Contudo, um estudo realizado por Herbet Gans (apud Traquina, 2005), que analisou telejornais de três principais cadeias norte-americanas (*CBS*, *ABC* e *NBC*) no ano de 1967 e as revistas de informação *Newsweek* e *Time* (em três diferentes anos da década de 70), revelou a presença de outros valores-notícia, em especial, o da notoriedade do ator principal do acontecimento. Os resultados de Gans revelaram que, entre 70% e 85% das notícias sobre assuntos nacionais são acerca de pessoas conhecidas, como o Presidente dos Estados Unidos e outras figuras nacionais, tais como ministros e governadores. Outro fator de interesse público e que também foi percebido

por Gans como valor-notícia é: pessoas conhecidas envolvidas em escândalos. Além disso, o pesquisador avaliou que entre 17% e 34% das notícias em revistas de informação tratavam da categoria crimes, escândalos e investigações.

Assim, diante deste contexto, percebemos que nossos jornais de hoje (impressos ou televisivos), na verdade, tratam de uma temática que está presente deste o século XVII, no tempo das “folhas volantes”.

No que diz respeito à Polícia Federal, nas matérias que abordam as operações da Instituição, geralmente, estão presentes os seguintes critérios de noticiabilidade: a) **a notoriedade**: geralmente, as investigações da PF têm como alvo pessoas de destaque no cenário social, como membros do judiciário (juízes e desembargadores), do legislativo e do executivo, além de advogados e grandes empresários; b) **o escândalo**: já que pessoas notórias ou, ainda que não famosas, mas pertencentes às classes sociais mais elevadas são flagradas e algemadas frente ao público. Além disso, há ainda toda uma dramatização e espetacularização que “apimentam” o escândalo: as operações são nomeadas por palavras e expressões e ecoam no imaginário e, ainda, há toda uma mobilização do contingente, com homens de preto, helicópteros, carros de grande porte, enfim, cenas que nos lembram narrativas de filmes policiais; c) **a infração**: neste caso, significa a transgressão ou violação das leis, a má gestão, o mau comportamento por parte de um funcionário ou qualquer autoridade responsável.

Um aspecto interessante desses valores-notícia citados, especialmente, o escândalo e a infração, é que eles remetem a uma das facetas que o jornalista pode assumir no exercício da profissão: o “cão de guarda’ das instituições democráticas” (TRAQUINA, 2005, p.85). Neste sentido, haveria por parte do jornalismo uma função de policiamento da sociedade:

O policiamento da sociedade assume diversas formas. Leva a comunidade jornalística a focar a sua atenção sobre a corrupção, os procedimentos legais, os direitos humanos. Envolve os jornalistas numa política de “policiamento informativo”, através da obtenção de revelações de informação que contribuem para a credibilidade pública. (TRAQUINA, 2005, p.76)

O jornalista, diante das operações da PF e do desmantelamento de organizações criminosas, assume o caráter de guardião da justiça, da democracia e canal de informação exclusiva dos dados da investigação. Na operação *Hurricane*², por exemplo,

² A Polícia Federal deflagrou, na manhã do dia 13 de abril, a Operação Hurricane, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, e no Distrito Federal. O objetivo era desarticular uma organização criminosa que atuava na exploração do jogo ilegal e cometia crimes contra a administração pública. Foram

a Rede Globo de Televisão teve acesso exclusivo às imagens do flagrante da Polícia Federal, desde o arrombamento do local suspeito à destruição de uma parede falsa. Os jornalistas acompanharam as prisões de juízes e desembargadores que, algemados, baixavam suas cabeças frente às câmeras. Percebemos na cobertura das ações da Polícia Federal uma atuação típica da comunidade jornalística e uma relação de cumplicidade entre o órgão oficial (lê-se PF) e os jornalistas.

A cultura profissional do jornalista e a emergência de uma relação de cumplicidade: o repórter e polícia

Conforme demonstrado, o crime, a transgressão da lei, sempre foi tema de relevância para a comunidade jornalística. Contudo, é necessário destacar que jornalistas se vêem como uma categoria específica, uma “tribo” caracterizada por uma maneira própria de agir de falar e de ver o mundo. Nesse sentido, a partir dessas características próprias da cultura profissional do jornalista, buscaremos entender o contexto em que a polícia, especialmente, a Federal se fortalece frente ao público.

Em primeiro lugar, podemos dizer que a cultura jornalística é rica em mitos, símbolos e representações sociais. É um conjunto de arquétipos e estereótipos que “fornecem a esta comunidade interpretativa toda uma liturgia de figuras bem claras dos vilões e dos heróis a que os membros da tribo prestam homenagem ou devotam ódio” (TRAQUINA, 2005, p.51). Além disso, como já citado anteriormente, o mito que mais envolve esta categoria profissional é aquele que coloca os jornalistas como “cães de guarda”, que protegem os cidadãos contra os abusos do poder

(...) no papel de “Quarto Poder” que vigia os outros poderes, atuando do a quem doerm no papel mesmo de herói do sistema democrático (Ungaro, 1992), tão bem projetado e, por diversas formas, no imaginário coletivo no espaço público democrático, e sobretudo em diversos filmes em que a magia do cinema oferece uma constelação de símbolos e representações da mitologia jornalística. (TRAQUINA, 2005. p.51)

Assim, a partir das premissas traçadas acerca da cultura jornalística, podemos perceber, claramente, o desdobramento, bem como, a presença destas características na cobertura das operações Polícia Federal.

cumpridos mandados de busca e apreensão e de Prisão contra chefes de grupos ligados a jogos ilegais, empresários, advogados, policiais civis e federais, magistrados e um membro do Ministério Público Federal.

Ora, é nítida a construção das matérias segundo a visão arquetípica de vilões e heróis. Afinal, a PF é sempre representada através do cumprimento da justiça, da ordem e da lei. Do outro lado, está o corrupto, o traficante internacional de drogas, enfim, os vilões que foram pegos pelos “heróis da pátria”.

Neste contexto, entre vilões e heróis, está a figura do jornalista, mitificada na imagem do “detetive”, que busca as informações e até participa das Operações. É aquele que traz a verdade à tona e mostra para leitores e/ou expectadores as atividades da investigação, a descoberta de esquemas e o extermínio da corrupção.

Conforme se observa, há uma relação de cumplicidade entre jornalistas e polícia. De um lado há o jornalista que busca o “furo”, quer participar das Operações através da cobertura “ao vivo” ou da busca por informações exclusivas. Do outro, há a polícia que, representada através do mito do herói, reforça sua identidade organizacional e ganha ainda mais força e credibilidade junto à sociedade.

O que se quer dizer, é que por meio da cultura jornalística, ou seja, através da forma como a comunidade interpretativa representa o mundo (através de binarismos: bom/mau, herói/vilão) e se vê (como “cães de guarda” da sociedade), há um incentivo ao caráter repressivo da polícia e ao espetáculo das operações. Contudo, essa relação de incentivo e cumplicidade entre polícia e jornalista pode ser percebida, também historicamente, desde o século XIX.

Beatriz Marocco, em seu livro *“Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico”* analisou jornais de Porto Alegre do séc. XIX. Em seu estudo, Marocco percebeu as formas estereotipadas com que algumas pessoas eram maginalizadas na sociedade, especialmente, devido às representações dadas pela imprensa da época. Já naquele tempo, é possível notar duas temáticas que reverberam até os dias de hoje: o questionamento sobre o relaxamento da prisão (incentivando o caráter repressivo da polícia) e o jornalista enquanto “auxiliar” da polícia.

No que diz respeito às prisões de curta duração, Marocco cita o seguinte trecho do Jornal Gazetinha, de 12 de janeiro de 1896:

Repetidas agressões, assaltos, assassinatos, etc. etc., têm ocupado a atenção popular, tomada de justa surpresa. (...) Os desordeiros são recolhidos à cadeia municipal; lá ficando “no molho” dias ou três dias, saindo após esse tempo e vindo cá fora de novo revolucionar a pacatez da cidade. (apud MAROCCO, 2004, p.43)

O discurso que se tem hoje, diante das ações da Polícia Federal não é muito diferente. Os jornais e revistas tratam, muitas vezes, com tom de ironia, a questão do relaxamento das prisões efetuadas durante as Operações. Muitas vezes, a culpa pela soltura dos acusados é dada ao Judiciário, reforçando a idéia de que a polícia prende e a Justiça solta. Contudo, o que aqui nos interessa, é a percepção da reincidência deste discurso que, nos remete à função mitológica do jornalista, de lutar e defender a ordem, acentuando a prisão como justiça feita.

A Revista *Veja*, de 26 de setembro de 2007, ilustra bem esta questão. Nas páginas amarelas (seção que é dedicada à entrevista), o jornalista Ronaldo Soares entrevista Luiz Fernando Correia, que na época assumia a direção da Polícia Federal. O título dado a entrevista é bastante sugestivo e denunciador de um discurso que existe até hoje no jornalismo, qual seja, o da necessidade da prisão, especialmente para corruptos: **“Prender e manter preso”**. Logo abaixo deste título, há um subtítulo que é ainda mais explícito: **“O novo diretor da Polícia Federal diz que aprimorar a qualidade das provas é a melhor forma de garantir que os corruptos fiquem atrás das grades”**. Já no texto introdutório da entrevista, o jornalista traça a construção mitológica já abordada – heróis e vilões - , reforçando o papel da polícia enquanto heroína e justiceira:

Luiz Fernando Corrêa, o novo diretor da Polícia Federal, assumiu o cargo com a missão de liderar 13.454 homens, cuidar da vigilância de 16.886 quilômetros de fronteira e combater o crime organizado. Internamente, **ele terá de enfrentar um mal difícil de extirpar da vida pública: a corrupção.** (grifo nosso) (SOARES, 2007, p.11)

O enfoque na imperiosa atuação da polícia também foi temática no séc. XIX, como escreveu um jornalista da época em relação à política contra os bordéis: **“(..)** a ação da polícia contra os bordéis, ‘verdadeiros germes do vício e do crime’, era necessária pelo ‘bem da moralidade, da ordem e da tranquilidade públicas’” (MAROCCO, 2004, p.45).

Assim, nota-se que, durante diferentes séculos, o jornalista assume um caráter de defensor dos interesses do cidadão, apontando os males a serem exterminados: se no século XIX, os bordéis aparecem como o “mau” a ser combatido, hoje, são os corruptos que ocupam a posição de “erva daninha” da sociedade. Nesse sentido, Marocco explica que, naquela época, era comum o uso da expressão “nós” em oposição ao “delinquente”, mostrando a representação que os repórteres faziam de si mesmos: mostravam-se como verdadeiros “auxiliares” da polícia.

(...) o jornalista era uma peça do aparelho repressivo policial- judiciário. Em seus estudos sobre o cotidiano decimônico de Porto Alegre, Mauch afirma que os jornais se encarregavam de seguir, localizar e denunciar os indivíduos suspeitos, agindo como se fossem “auxiliares da polícia”. (MAROCCO, 2004, p.69)

Marialva Barbosa, ao fazer um estudo sobre a história cultural da imprensa no Brasil durante o século XX, pode perceber a mesma idealização do jornalista, enquanto garantidor da ordem pública:

O jornal fortalece a imagem dos jornalistas como profissionais onipotentes, munidos do poder da palavra, cuja missão consiste em “descobrir o crime que está oculto e, para o bem coletivo, é necessário contar”. No entanto, outras instituições, não o jornalismo, têm a atribuição de desvendar crimes. Naturaliza-se assim a prática do repórter policial como investigador de polícia, pois atuaria como intermediário em favor da coletividade. (MARIALVA, 2007, p.232)

Assim, ao mesmo tempo em que a comunidade interpretativa se mitifica enquanto instituição defensora do bem comum, há também a adesão às versões da polícia, que é a autoridade que detém a versão única dos fatos. Logo, as conseqüências dessa relação de apoio, incentivo e cumplicidade, decorrentes, como vimos, da própria cultura da comunidade jornalística, nos guiam para outra problemática: a construção das notícias sobre crimes e investigações policiais.

O crime nos jornais: a polícia como definidor primário da notícia

Até este ponto já vimos que o crime, os escândalos e as investigações são temas que possuem valor-notícia e, por isso, marcam presença constante nos veículos de informação de hoje, bem como nos que existiram ao longo dos tempos. Depois, analisamos algumas características da cultura profissional do jornalista que colaboram para a existência de uma relação próxima entre a instituição policial e o repórter. Analisados estes contextos histórico-culturais, partimos, então, para outro ponto: a construção da notícia sobre crime.

No que diz respeito ao procedimento e formas de confecção das notícias, o jornalista costuma seguir não só critérios de seleção (buscando assuntos dotados de valor-notícia – o crime, a infração, por ex.), como também critérios de construção. Segundo Traquina (2005) seriam critérios de construção: a **simplificação** (acontecimento é desprovido de ambigüidade e de complexidade, assim, muitas vezes, são utilizados clichês, estereótipos e frases feitas), a **amplificação** (quanto mais

amplificado o acontecimento, mais chance da notícia ser notada), a **relevância** (o acontecimento deve se colocado como relevante para as pessoas), a **personalização** (valorização das pessoas envolvidas no acontecimento) e, por fim, a **dramatização** (reforço do lado emocional, a natureza conflitual).

Estes critérios averiguados por Traquina são bastante perceptíveis nas coberturas da imprensa, especialmente, no que se refere a temática dos escândalos de corrupção descobertos pela Polícia Federal: em geral, são *simplificados*, resumidos, muitas vezes há até o auxílio de animação (arte) e esquemas para melhor visualização da atuação do acusado e das fases da investigação; *amplificados*, ganham capa, manchetes de destaque (com frases chamativas) e, com isso, recebem muita *relevância*, sendo, inclusive, noticiado em várias edições do mesmo jornal. No que diz respeito à *personalização* e *dramatização* ganha destaque a atuação da polícia – desde entrevistas com delegados e agentes, até as imagens “dramatizadas”, espetaculares das ações da PF (carros em perseguição, arrombamento de casas, cofres, prisões, etc.).

Contudo, o jornalismo guia-se por valores que buscam mostrar o acontecimento da forma mais isenta possível, sem a interferência da opinião do autor. As palavras “imparcialidade”, “equilíbrio” e “objetividade” se transformam em verdadeiros princípios norteadores do exercício profissional do repórter. O objetivo destes princípios é assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e proteger-se contra eventuais críticas ao trabalho. O ponto que mais nos interessa aqui, é o fato de que para atingir essa “objetividade”, são utilizados alguns procedimentos para averiguação e determinação dos acontecimentos: apresentar os dois lados da questão, mostrar provas auxiliares, o “uso judicioso das aspas” (TRAQUINA, 2004, p.140) e a estruturação da informação numa seqüência determinada (pirâmide invertida – informações mais importantes no *lead*).

No caso do crime, é patente o “uso judicioso das aspas”, afinal, as matérias são construídas segundo a versão policial. O que impera é a versão da instituição, considerada “autoridade” para falar do assunto. Estamos diante, portanto, de definidores primários.

Mais importante, estas regras profissionais dão origem à prática de assegurar que as afirmações dos *media* sejam, onde quer que seja, fundamentadas em afirmações *objetivas* e *autorizadas* de fontes *dignas de crédito*. Isto significa o recurso constante a representantes dignos de créditos e de instituições sociais importantes – membros do parlamento para assuntos políticos, patrões e dirigentes sindicais para questões industriais, etc. (...) O importante

da relação estruturada entre os *media* e os *primary definers* institucionais é que permite aos definidores institucionais estabelecer a definição ou *interpretação primária* do tópico em questão. Então, esta interpretação *comanda a acção* em todo tratamento subsequente e impõe os termos de referência que nortearão as futuras coberturas e debates. (HALL; CHRITCHER; JEFFERSON; CLARKE; ROBERTS, 1993, p. 225 e 226)

Desse modo, segundo a citação, caberia aos definidores primários a primeira interpretação sobre ou tema, traçando para os jornalistas a abordagem que será ao acontecimento. Nas matérias de crimes, a produção se dá, quase totalmente, a partir das definições dos definidores primários institucionais, ou seja, da polícia e do judiciário.

A polícia, os porta-vozes do Ministério do Interior e os tribunais constituem um quase monopólio como fontes de notícias de crime nos *media*. Muitos grupos profissionais têm contacto com o crime, mas é só a polícia que se afirma como especialista profissional na *guerra contra o crime*, baseada na experiência directa e pessoal. (HALL; CHRITCHER; JEFFERSON; CLARKE; ROBERTS, 1993, p. 239)

Assim, na medida em que a polícia detém o poder de definir as interpretações dos fatos, demonstrando, assim, sua perícia no assunto, os jornais acabam direccionando para a Instituição o apoio da opinião pública.

O Coronel da Polícia Militar e presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Augusto Severo, explica que a relação polícia e mídia é importante porque é através dos meios de comunicação que a instituição garante a sua legitimidade: “Legitimidade é dada pela opinião pública, e quem nos ajuda a formar a opinião pública é a imprensa. Por isso, é importante que sejamos capazes de estabelecer relações de compreensão entre repórteres, editores e policiais” (SEVERO, Augusto, 2007, p. 47) .

Sendo assim, raramente o acusado ganha voz, afinal, ao privilegiar-se a única versão dos definidores primários, os fatos tornam-se incontestados, claros, “simplificados”, como explica Traquina. Na problemática deste artigo, a Polícia Federal domina as definições primárias, o que dá a ela o privilégio de ser autoridade incontestada. Em decorrência disso, ao ser constantemente representada nos jornais como “autoridade contra o crime”, cada vez mais, conhecemos apenas a versão institucional e pré-condenamos aqueles que se vêem envolvidos em escândalos e operações especiais. “Na ausência de uma definição alternativa, proposta eficientemente e com clareza, o âmbito de qualquer reinterpretação de crime pelo público, como assunto do seu interesse, é extremamente limitado.” (HALL; CHRITCHER; JEFFERSON; CLARKE; ROBERTS, 1993, p. 239)

Perseu Abramo, ao tratar do uso exacerbado das fontes oficiais pelos jornais, explica que teríamos um padrão de manipulação da informação, em que haveria a “inversão da versão pelo fato”. Assim, os jornais dariam mais relevância às versões do fato do que ao próprio acontecimento. Abramo estabelece que haverá o “oficialismo” quando a versão da fonte oficial torna-se o elemento-chave da matéria:

No lugar dos fatos uma versão, sim, mas de preferência a versão oficial. (...) a versão oficial da autoridade, cujo pensamento é o que mais corresponda ao órgão de imprensa, quando se trata de apresentar uma realidade de forma “positiva”, isto é, de maneira que o leitor não apenas acredite nela, mas a aceite e adote. (ABRAMO, 2003, p. 30)

Para além dos critérios de noticiabilidade: a notícia como construção social

Importa destacar, que ao ser mostrada como “autoridade” e mitificada como “heroína” e “justiceira”, a Polícia Federal reforça sua identidade e seu poder na sociedade. Num país que, historicamente, é marcado pela corrupção e impunidade de políticos acusados de corrupção, a PF surge como verdadeira mantenedora da ordem. Afinal, o jornalismo é uma construção social e, portanto, um acontecimento só faz sentido se puder ser colocado num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais.

Nesse sentido, nos filiamos à teoria que entende o jornalismo enquanto construção social (teoria construcionista). Neste caso, embora haja todo um modo de produzir a notícia, pautado, sobretudo, pela “objetividade”, é necessário destacar que esta produção reverbera uma visão de mundo, estigmas sociais e contextos sócio-culturais.

(...) as notícias são como são porque resultam das posições sociais predominantes dos indivíduos e dos grupos sociais envolvidos com a produção jornalística e, principalmente, em conseqüências das concepções e valores culturais que eles partilham (como a ideologia) por pertencerem a uma comunidade (Tuchman, 1982). Em outras palavras, as notícias são socialmente construídas, e os critérios de noticiabilidade são resultantes deste partilhamento e consenso de valores em uma comunidade. Se por um lado, tanto a idéia de que a seleção de notícias estaria baseada em qualidades intrínsecas aos eventos, quanto a potencial capacidade do jornalista de intervir na condução do seu trabalho perdem força para as determinantes sócio-culturais, por outro lado a notícia assume uma posição privilegiada na sociedade, pois seria uma condensação destas determinações em um produto sócio-cultural fundamental na construção dos processos, relações e conteúdos sociais. (FRANCISCATO, 2005, p.188)

O discurso da impunidade de políticos corruptos é recorrente na nossa sociedade. No dia 07 de dezembro de 2007, a Folha de S. Paulo estampou sua capa com

a foto do deputado estadual de Alagoas algemado. Ao lado, um policial federal armado acompanha o político.

Na chamada de capa, a seguinte frase tem destaque no centro do jornal, em negrito: “**PF prende ex-governador de Alagoas**”, no subtítulo: “40 pessoas são apanhadas em operação contra esquema de fraudes na Assembléia Legislativa alagoana”. A legenda da foto que ganha a primeira página diz: “O deputado estadual Cícero Ferro (PMN-AL), um dos presos na Operação Taturana, é escoltado por policial

Mais um escândalo envolvendo políticos ganhava a capa de um dos maiores jornais do Brasil. Dessa vez, a operação é intitulada de “Taturana” e o objetivo da ação era dissolver uma organização criminosa instalada na Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas que, supostamente, desviava verba pública através do pagamento de funcionários fantasmas.

Neste mesmo dia, a parte de opinião do jornal trazia um artigo do empresário Ricardo Yong em co-autoria com o doutor em comunicação, Carlos Eduardo Lins da Silva. O artigo, intitulado “**Pelo fim da impunidade**”, contextualiza um Brasil que, próximo do Dia Internacional de Combate à Corrupção (09/12), é “marcado por uma crise de credibilidade nas instituições do país”. Afinal, o país vive uma série de escândalos que denunciam a corrupção nos diversos setores sociais: “Todos os poderes públicos em todos os níveis (federal, estadual, municipal) e também em empresas de diversos segmentos econômicos estão envolvidos em graves denúncias de corrupção.” No segundo parágrafo, os autores apontamos vestígios da corrupção nas diferentes esferas da sociedade:

Funcionários de variados escalões usam recursos públicos em proveito próprio; órgãos legislativos abusam do poder em benefício de particulares (frequentemente seus financiadores de campanha); membros do Judiciário são suspeitos de receber dinheiro de fontes particulares para beneficia-la em suas decisões; empresas barganham benesses com os poderes públicos; as polícias estaduais são useiras e vezeiras em deixar de lado as provas para favorecer acusados; e ainda há o noticiário sobre o cotidiano nas cadeias e penitenciárias, bem como a notável rede de impunidade que parece proteger os envolvidos no caso. (YOUNG; DA SILVA, 2007, p.A3)

Nesta passagem, há algo interessante de se notar. Todos os setores, segundo os autores, estão corrompidos, exceto a Polícia Federal, que não é incluída. A única instituição policial que figura em “crise de credibilidade” é a estadual. Há, implicitamente, o discurso de que a Polícia Federal é uma instituição séria, não sujeita à corrupção.

Além disso, percebemos claramente, a idéia da impunidade e da corrupção generalizada na sociedade. É neste contexto que a PF tem um campo vasto sobre o imaginário coletivo. Assim, as notícias sobre os escândalos, crimes e investigações seguem sim, critérios de noticialidade (que estão presentes nos jornais ao longo dos tempos) e possuem valor-notícia, mas há também um fator contextual, histórico, que dá ainda mais destaque e projeção para abordagens sobre as operações da Polícia Federal. Novamente, é de se ressaltar o caráter de construção social da notícia.

É neste discurso da luta contra a impunidade e corrupção que a PF ganha a mídia e, também credibilidade, como resalta Luiz Fernando Corrêa (diretor da Instituição) em entrevista à *Veja*: “(...) a PF conquistou muita credibilidade e está tendo um papel pedagógico no sentido de romper essa sensação de impunidade no país.”

Conclusão

Este trabalho partiu da premissa de que o crime é um valor-notícia por excelência. Para isso, buscamos na história do jornalismo referências que comprovam a presença do tema durante diferentes séculos. Foi possível perceber que a atividade jornalística é marcada pela perpetuação de temáticas que se desenrolam através dos tempos e reverberam características típicas da cultura profissional do jornalista.

Afinal, existe toda uma aura constituída de mitos que envolvem e direcionam a profissão do repórter. O jornalista, muitas vezes, se reconhece como “cão de guarda” da sociedade, cuja principal função é trabalhar para a coletividade, informando-a dos males, da corrupção, zelando pela ordem. Assim, é comum que o jornalista trabalhe como uma espécie de “auxiliar” da polícia, chegando, às vezes, a acompanhar os policiais no momento das ações.

Por outro lado, vimos que o produtor de notícias tem um modo peculiar de ver o mundo: geralmente, as representações são construídas segundo uma narrativa maniqueísta: do “bem” contra o “mau”, “heróis” e “vilões”.

Na problemática trazida, a cobertura das operações da Polícia Federal é marcada não só pela consagração da Instituição policial, como também pelo domínio das versões dadas pela mesma. A PF é a “definidora primária”, ou seja, a fonte oficial que guia o modo de construção dos fatos a serem relatados na notícia, repassando as informações

segundo sua própria versão. A consequência desta sistemática é a pré-condenação dos indivíduos que estão sendo acusados, pessoas que não têm direito ao contraditório.

Além disso, há um outro fator de relevância que deve ser considerado nesta temática: o caráter contextual. Não podemos nos esquecer que, no Brasil, o discurso da impunidade dos poderosos e do país corrupto é bastante enraizado. Neste sentido, além dos critérios de noticiabilidade, das características inerentes à atividade jornalística, é preciso perceber o contexto. A Polícia Federal ganha as capas dos jornais porque suas ações também possuem uma natureza simbólica e remetem ao nosso contexto sócio-histórico: representam a quebra do paradigma da impunidade.

Logo, diante da abordagem teórica trazida no presente trabalho, buscamos demonstrar que se a Polícia Federal é, hoje, a instituição que possui credibilidade no Brasil, isso se deve, principalmente, a cobertura midiática. A PF tem, realmente, feito um trabalho de destaque, mas a amplificação e consagração da Organização se dá nos noticiários de tevê e nas capas dos grandes jornais.

Bibliografia

A IMAGEM das instituições públicas brasileiras. **Pesquisa da Associação Nacional dos Magistrados.** Disponível em: http://www.amb.com.br/portal/docs/noticias/pesquisa_opiniao.pdf Acesso em: 06 jan. 2007.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. **O cinema e a invenção da vida moderna.** São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais.** São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Veja, 1993, p. 225 a 248.

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

PF apresenta balanço 2007. **Agência de notícias da Polícia Federal**. Disponível em: <http://www.dpf.gov.br/> Acesso em: 05 jan. 2007.

PF prende ex-governador de Alagoas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 dez. 2007. Capa, A1.

SEVERO, Augusto. Uma relação de amor e ódio. In: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SOARES, Ronaldo. Prender e manter preso. **Veja**. São Paulo, ano 40, n.38, p.11-15, 26 set. 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - Volume I: Porque as Notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

YOUNG, Ricardo; DA SILVA, Carlos Eduardo Lins. Pelo fim da impunidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 dez. 2007. Opinião, A3.